

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.153 - SP (2018/0216753-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : TIAGO DIAS MEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado, em primeiro grau, à pena de 7 anos, 3 meses e 13 dias de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 16 dias-multa, pela prática de delito do art. 57, § 2º, II e V, do Código Penal (roubo majorado), tendo sido absolvido da imputação do delito de corrupção de menor, conforme a sentença às fls. 340/373.

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso, fixando a pena em 6 anos, 5 meses e 23 dias de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 14 dias-multa. O acórdão ficou assim ementado (fls. 443/444):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. ART. 157, § 2º, II e V DO CÓDIGO PENAL. AUTORIA DELITIVA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA.

- 1. Materialidade e autoria comprovadas.*
- 2. Restou demonstrado nos autos que o acusado praticou o núcleo da figura típica (subtrair) e, ainda que não tivesse ameaçado a vítima, sua participação no delito de roubo foi em coautoria com outros indivíduos, mediante divisão de tarefas previamente combinada, não havendo que se falar em mera colaboração. Afastada a incidência do art. 29, § 1º, do CP e o pedido de desclassificação da conduta para os crimes de constrangimento ilegal (CP, art. 146) e violação de correspondência (CP, art. 151, § 1º, I).*
- 3. Pena-base fixada acima do mínimo legal, apenas com base nas consequências do crime. O abalo psicológico causado à vítima, em crimes praticados com violência ou grave ameaça, pode ser valorado negativamente na fixação da pena-base. Precedentes.*
- 4. Incidência da atenuante da confissão espontânea e da agravante da reincidência.*
- 5. Mantida a incidência das causas de aumento de pena*

previstas nos incisos II e V do § 2º do art. 157 do Código Penal (concurso de pessoas e restrição à liberdade das vítimas).

6. A fração de aumento aplicada (9/24) não está devidamente motivada, pois a sua fixação se deu apenas em razão do número de majorantes, o que viola o disposto na Súmula nº 443 do STJ. Reduzida, de ofício, a fração de aumento para 1/3 (um terço), mínimo legal.

7. Mantido o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade do acusado, por ser reincidente.

8. Apelação da defesa provida em parte.

Na sequência, a defesa interpôs recurso especial, no qual alega violação do art. 59 do Código Penal.

Sustenta que *"a mera alegação da vítima de que sofreu dano psicológico em decorrência de ter sofrido roubos quando atuava como carteira a serviço dos Correios não justifica a majoração da pena do recorrente no caso concreto"* (fl. 458). Aduz que o *quantum* de majoração revela-se exagerado.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 desta Corte.

Contraminuta às fls. 491/497.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 511/514).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece provimento.

A dosimetria da pena só pode ser reexaminada em recurso especial quando se verificar, de plano, a ocorrência de erro ou ilegalidade, em flagrante violação do art. 59 do Código Penal, o que não se constata na hipótese.

No presente caso, a pena-base foi majorada ante a consideração desfavorável das consequências do crime com fundamento em elementos concretos.

Confira-se a r. sentença (fls.369/370):

[...]. No entanto, verifico que o acusado havia praticado antes do delito objeto destes autos (24/01/2014), outros dois delitos, também de roubo majorado, em datas próximas, contra as mesmas vítimas deste processo, conforme relataram a testemunha Aline e o então acusado Tiago Henrique, bem como confessado pelo acusado Tiago Dias em Juízo, o que demonstra uma personalidade voltada para a prática delituosa. Além disso, em decorrência dos três assaltos em que foi vítima,

todos praticados pelo acusado Tiago Dias, a testemunha Aline ficou afastada por três meses o trabalho e até hoje realiza tratamento psicológico, conforme relatado em seu depoimento e o informado pelo setor de recursos humanos dos correios (fls. 217), motivo pelo qual a pena do acusado deve ser majorada, ainda, em decorrência das consequências do crime.

O Tribunal de origem, por sua vez, consignou (fl. 441):

No caso, não há nos autos como se avaliar, de forma efetiva, a personalidade e a conduta social do acusado, não se podendo afirmar, a priori, que ele se dedica à prática de crimes. Por outro lado, o abalo psicológico causado à vítima, em crimes praticados com violência ou grave ameaça, pode ser valorado negativamente na fixação da pena-base (TRF3, ACR 0000970- 08.2013.403.6181, Segunda Turma, Rei. Des. Federal Cotrim Guimarães, e-DJF3 Judicial I 03.04.2014).

Dessa forma, considerando apenas as consequências do crime como circunstância judicial desfavorável, procede o recurso da defesa nessa parte e, em razão disso, reduzo a pena-base para 5 (cinco) anos de reclusão e 12 (doze) dias- multa.

Assim, fundamentada a valoração negativa da circunstância judicial referente às consequências do crime, justificado o aumento da pena-base.

Sobre o tema:

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO. DOSIMETRIA DA PENA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. GRAVE ABALO PSICOLÓGICO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. SÚMULA N.º 545 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. A fixação da pena-base acima do mínimo legal está devidamente fundamentada na avaliação negativa das consequências do crime, tendo em vista que a vítima e sua filha menor, após o crime, passaram a ter medo proveniente do fato de terem delatado o Paciente à polícia e, ainda, descoberto que o Paciente reside próximo a sua casa, o que representaria suposto risco de represálias.

2. "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal".

3. Ordem de habeas corpus concedida em parte para, reformando o acórdão impugnado, reconhecer a atenuante da confissão, redimensionando as penas, nos termos explicitados no voto (HC 451.245/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 04/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. ABALO PSICOLÓGICO À VÍTIMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. A dosimetria é uma operação lógica, formalmente estruturada, de acordo com o princípio da individualização da pena, sendo permitido ao julgador analisar com discricionariedade o quantum ideal de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito praticado.

2. A circunstância judicial referente às consequências do delito procura mensurar o abalo social da conduta, em razão da extensão e da repercussão dos efeitos do delito, principalmente, o grau de alcance do resultado da ação ilícita.

3. Na hipótese, as instâncias ordinárias consideraram desfavorável a circunstância judicial referente às consequências do crime - em virtude do abalo psicológico sofrido pela vítima que deixou seu emprego, por não conseguir retornar ao local dos fatos -, para justificar a elevação da pena-base acima do mínimo legal, o que não se mostra desarrazoado, pois está demonstrada a gravidade concreta do crime.

[...] (AgRg no HC 438.774/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 13/09/2018)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ACENTUADO ABALO PSICOLÓGICO CAUSADO ÀS VÍTIMAS. QUANTUM DE AUMENTO PELA AGRAVANTE DO ART. 61, II, "H", DO CP. PROPORCIONALIDADE. EXASPERAÇÃO PELA INCIDÊNCIA DAS DUAS MAJORANTES DO CRIME DE ROUBO. JUSTIFICAÇÃO CONCRETA. VIOLAÇÃO DA SÚMULA 443/STJ NÃO EVIDENCIADA. INCREMENTO EXCESSIVO PELO CONCURSO FORMAL PRÓPRIO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Dessarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do writ, pois exigiriam revolvimento probatório.

3. As consequências do crime consistem no conjunto de efeitos danosos provocados pelo crime. No caso em tela, essa circunstância mostrou-se de extrema gravidade, porquanto além de não ter sido recuperado o objeto do roubo, a ação criminosa gerou trauma às

vítimas, o que as levou a mudar de residência, sendo que o abalo psicológico experimentado por uma das ofendidas ocasionou a necessidade de largo período de tratamento.

4. A aplicação de circunstâncias atenuantes ou agravantes, isoladamente, enseja a incidência da fração paradigma de 1/6 para o devido ajuste da pena na segunda fase. Ressalte-se que as agravantes ou atenuantes não necessariamente incidirão sobre a pena-base, somente ocorrendo se esta for maior ou igual ao intervalo de pena em abstrato do preceito secundário, caso contrário, malgrado haja pena concreta dosada, sob pena de as agravantes tornarem-se menos gravosas e as atenuantes menos benéficas do que as meras circunstâncias judiciais da primeira etapa, o que subverteria o sistema hierárquico da dosimetria trifásica.

5. As instâncias ordinárias fundamentaram concretamente a exasperação da pena em 3/8 na terceira fase da dosimetria, sem que reste evidenciada violação da Súmula 443/STJ. Em verdade, as circunstâncias concretas do delito, praticado mediante o emprego de arma de fogo e um canivete, em concurso de três agentes, denota a necessidade de maior resposta penal, em atendimento ao princípio da individualização da pena e, portanto, não se infere ilegalidade no aumento superior a 1/3 pela incidência das duas majorantes do crime de roubo.

[...]

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena definitiva do paciente WALLACE RIBEIRO para 9 anos e 8 meses de reclusão e aquelas impostas aos pacientes MARCOS VINICIUS SOARES RIBEIRO e FELIPE JUVENCIO DA SILVA para 8 anos e 7 dias de reclusão, mantendo-se, no mais, o teor do decreto condenatório (HC 379.811/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 6/10/2017).

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator